

CONTEÚDOS

01 EDITORIAL

03 ARTIGO A QUALIDADE EM MUSEUS – ATRIBUTO OU IMPERATIVO?

11 OPINIÕES *TO HAVE OR NOT TO HAVE...* UM NOVO MUSEU DOS COCHES?

14 NOVOS, RECENTES E RENOVADOS MUSEU DE SÃO ROQUE

20 ENTREVISTA COM... INÊS PEDROSA

25 NOTÍCIAS ICOM

30 NOVAS PUBLICAÇÕES

31 CALENDÁRIO DE INICIATIVAS

EDITORIAL

LUÍS RAPOSO

Presidente da Direcção do ICOM Portugal

Os últimos meses têm sido férteis em ‘casos’ no mundo dos museus. Tudo começou com o ‘caso’ do novo Museu dos Coches, que neste boletim voltamos a abordar sob a forma de opinião. Alargou-se depois aos ‘casos’ do Museu de Arqueologia e da Cordoaria Nacional, envolvidos por tabela através de negócio pelo qual a Cultura e a Defesa permutam entre si instalações, a custo zero. E alastrou mais recentemente ao ‘caso’ do Museu de Arte Popular, cuja decisão de extinção foi reafirmada por resolução do Conselho de Ministros de 7 de Maio, para instalar no seu edifício um hipotético Museu da Língua Portuguesa, projecto que parecia ter sido abandonado no último ano.

Tomámos a nível de direcção as posições que em cada situação nos pareceram corresponder ao consenso existente entre os membros ICOM.PT e os profissionais de museu em geral. O ‘caso’ mais recente do Museu de Arte Popular é o único sobre o qual ainda não nos pronunciámos formalmente – o que faremos na primeira oportunidade. Mas devemos desde já adiantar que entendemos constituir um erro museológico crasso desmerecer ou, pior ainda, pretender ‘apagar’ essa colecção e esse conceito de museu, sem dúvida datado e porventura incómodo para algumas elites actuais, mas incontornável em termos históricos e até cativante para muitos apreciadores dos nossos museus. Constitui, por outro lado, uma violência inqualificável, porventura mesmo um crime patrimonial, destruir ou impedir a fruição plena do edifício do museu, tanto nas suas volumetrias exteriores, como no seu interior, povoado este por frescos monumentais, alguns de grande qualidade artística. Tal como quanto ao Museu dos Coches, trata-se de mais um caso em que ‘conteúdo’ e ‘contentor’ constituem um todo coerente e indissociável, que importa preservar a todo custo.

Para além das nossas tomadas de posição a nível directivo, procurámos auscultar as opiniões dos nossos colegas e dos restantes meios profissionais envolvidos. Fizemo-lo nas nossas Assembleias-Gerais de Março e Abril passados. Continuámos a fazê-lo nas nossas Jornadas Anuais, em 27 e 28 de Abril. E prosseguimos ainda nessa via ao promover mais recentemente a mesa-redonda “Museus de Belém: perspectivas de futuro”, já em 19 de Maio. Damos notícia sumária destas iniciativas no presente boletim.

Finalmente, uma nota interna, que muito me apraz registar. Com o presente número, o boletim INFORMAÇÃO ICOM.PT atinge um ano de publicação regular. Temos recebido sucessivas reacções do maior agrado relativamente à iniciativa de retoma deste veículo de comunicação, usando agora as metodologias mais simples e económicas que a Internet nos possibilita. Em cada número, o nosso Boletim procura ser um espaço onde se apresentem reflexões originais sobre assuntos de interesse para o mundo dos museus e dos seus profissionais, quer sejam temas de actualidade (tratados estes, sempre que possível, através de justaposição de pontos de vista diversos, inclusive opostos), quer sejam temas disciplinares mais estruturantes. Procuramos ainda colher o 'olhar do outro', quer dizer de quem, estando fora do universo dos profissionais dos museus e representando realidades sociais significativas, exprima pontos de vista sobre museus que nos tenham chamado a atenção, inclusive quando nos parecerem injustos ou pouco fundamentados.

Esta linha editorial tem sido executada com superior qualidade por Maria Vlachou, a quem cumpre agradecer, com renovado voto de confiança pelo excelente trabalho realizado. Procuraremos continuá-lo e aprofundá-lo. E não deixaremos também de ter em conta as sugestões que nos têm chegado para introduzir melhorias, como poderão ser a edição em suporte mais durável (senão o papel, que está fora do nosso horizonte próximo, pelo menos em CD-rom) e a própria maior visibilidade do boletim dentro do nosso sítio na Internet, que constituirá seguramente matéria a ter em conta no âmbito de uma revisão do respectivo grafismo e funcionalidades, a que procederemos, se possível, ainda em 2009.

ARTIGO

A QUALIDADE EM MUSEUS – ATRIBUTO OU IMPERATIVO?

ISABEL VICTOR

Socióloga/Museóloga; Directora Museu do Trabalho Michel Giacometti; Docente no Mestrado de Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Palestrante convidada mestrado em Museologia do ISCTE.

MARGARIDA MELO

Licenciada em História; Mestre em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias); doutoranda em Museologia (Department of Museum Studies, University of Leicester)

"A Gestão da Qualidade é muito diferente da Qualidade. Caracteriza-se pelo sistema de organização que está por detrás para conseguir pôr em prática a Qualidade de uma forma permanente e consistente. Se não se conseguir definir Qualidade não se sabe o que se vai controlar ou gerir." (Ramos Pires 2005, excerto de entrevista publicada em Victor 2005)

Introdução

A ambiguidade de sentidos relativamente à noção "Qualidade em museus" pode levar a que todos estejamos, aparentemente, de acordo em alcançá-la, mas absolutamente equivocados relativamente aos pressupostos dessa mesma Qualidade e aos caminhos para a atingir, tão somente porque partimos de diferentes conceitos e formas de articular o eixo Museu/Qualidade. O que nos entusiasma no modelo de auto-avaliação, multimodo e aberto, preconizado pelo Sistema da Gestão da Qualidade (SGQ), é o rigor dos critérios e a oportunidade de aprofundar estas categorias, a partir da recolha e selecção de evidências, da formulação rigorosa de critérios e variáveis, construídas a partir da identificação das necessidades e expectativas dos cidadãos-clientes do museu, como princípio e fim de toda a acção museológica.

Eixos teóricos da Qualidade em Museus- Quem disse o quê?

Um dos primeiros autores a salientar a importância dos princípios da gestão da qualidade aplicados aos museus foi Peter Ames (1990: 137-147), logo no início da década de 1990, propondo 38 indicadores de performance para os museus, divididos em seis categorias: 1) Acesso; 2) Finanças e infra-estruturas; 3) Angariação de fundos; 4) Recursos Humanos; 5) Marketing; 6) Exposições, colecções e educação. No mesmo ano, Middleton (1990) sugeria a adopção dos princípios da gestão da qualidade nos museus, especialmente no que dizia respeito à qualidade do produto e à orientação para o cliente. Porém, os responsáveis pelos museus mundiais mantiveram-se genericamente à margem destas recomendações, oferecendo certa resistência em assumir, para a gestão de um bem público, de cariz cultural, princípios usados no sector privado, industrial e comercial.

Sete anos mais tarde, Michael Fopp, na sua obra *Managing Museums and Galleries* (1997), traça o percurso histórico da gestão no contexto mundial desde inícios do século XX, reflectindo sobre o modo como os

museus foram incorporando algumas dessas práticas. Para Fopp, um gestor a operar dentro do quadro da Qualidade verá, essencialmente, clientes e fornecedores numa cadeia interligada de prestação de serviços, dentro e fora da organização. Porém, a percepção da existência de clientes no universo museal é uma realidade recente, pelo que ainda não existe uma consciência generalizada de que um produto museal de qualidade é aquele que vai ao encontro das necessidades dos seus cidadãos-clientes, ao longo da cadeia de processos que ganhará visibilidade no resultado final e nos impactos que promove.

Será já no final da década que, numa obra de referência para a gestão museal, *Management in Museum* (coordenada por Kevin Moore 1999), surge uma contribuição de Carol Bowsher. O seu artigo pode ser considerado como uma das primeiras análises das valências da Qualidade Total quando aplicadas ao campo museal. Nele Bowsher investiga os impactos causados pela adopção dos princípios da TQM na gestão dos Museus da região de Leischester, na Grã-Bretanha. Tratava-se de uma experiência pioneira e importava à autora compreender os ganhos, mas também as dificuldades trazidas por este novo modelo de gestão.

Segundo Carol Bowsher (1999), os museus são organizações que não se subtraem (ou não devem subtrair-se) à gestão por objectivos, pelo que, à partida, têm interesse em adoptar uma filosofia organizativa que vise a melhoria contínua dos seus processos e resultados. Porém, a sua complexidade interna e o carácter fortemente qualitativo dos seus resultados dificultam, no seu entender, avaliações de performance que enfatizem expressões quantitativas.

Segundo a autora, a implementação de um sistema de Gestão pela Qualidade Total na esfera museal pode ser minada por algumas condicionantes:

- 1) Falta de clareza e sentido nos objectivos – objectivos divergentes nos vários departamentos levam a relações tensas dentro da organização, o que obviamente condiciona a qualidade da instituição e dos serviços que oferece¹.
- 2) Complexidade da estrutura de gestão – A maior parte dos museus não tem autonomia, financeira e institucional, para levar a cabo alterações radicais e carrega muitas vezes o peso de uma estrutura burocrática, combinada com uma forte hierarquização da gestão.
- 3) Parcos recursos – a crise do Estado Social (que, entre outras funções, chamava a si a função de assegurar a educação e a promoção da cultura dos seus cidadãos) vem impor constrangimentos sérios ao funcionamento dos museus, obrigados cada vez mais a trabalhar com menos recursos financeiros e humanos, o que por si só não favorece a implementação dos sistemas de gestão da qualidade. A adopção de um sistema de Gestão da Qualidade Total tem sérias dificuldades em implementar-se junto de funcionários descontentes e sobrecarregados².

Ainda nos últimos anos da década de 1990, de 30 de Setembro a 4 de Outubro de 1997, o European Museum Forum efectua o seu workshop anual em Itália subordinado ao tema “Public Quality in Museums”.

¹ “It is the lack of ‘process’ for creating and articulating goals that is more problematic than the more visible debate about what the goals should be (...) the involvement of all constituencies in goal-setting exercises and developing common philosophy will help overcome both board membership and departmental dissent.” (Bowsher, 1999: 247)

² “The current economic climate, it must be stated, is not conducive to the culture of TQM. It could well be argued that an environment of budget cuts and redundancies, is unfortunately more likely to develop a breeding ground for infighting and back stabbing, than one of trust and cooperation. (Bowsher 1999: 248)

Este encontro teve um efeito de ‘contaminação’ junto de alguns museólogos italianos, que ficaram especialmente interessados em desenvolver a temática da Gestão da Qualidade aplicada ao sector museal. Assim, no ano de 2000, com o apoio do European Museum Forum, realiza-se em Cortona, Itália, uma acção de formação para profissionais de museus, intitulada *Musei: la qualità come strumento di innovazione*. Deste curso resulta a obra *Museo e cultura della qualità*, publicada em 2001 e coordenada por Massimo Negri e Margherita Sani. A obra desenvolve-se em duas partes: a primeira com contribuições que avaliam as vantagens da aplicação da Gestão da Qualidade aos museus contemporâneos, abordando questões como os *standards* museais, as questões éticas implicadas, os critérios da qualidade e as limitações à medição dos resultados dos processos museais; a segunda parte dedicada aos documentos e instrumentos disponíveis para desenvolver o estudo desta temática.

Mais recentemente, em 2004, surge um novo contributo para esta discussão, desta vez pela mão de François Mairesse, com a publicação da obra *Missions et Évaluation des Musées – Une enquête à Bruxelles et en Wallonie*. Nela, Mairesse elenca os vários tipos de avaliação que, ao longo de décadas, foram sendo aplicados ao ‘rizoma museal’: dos relatórios de actividades aos inquéritos de públicos, passando pela acreditação e pelos os indicadores de performance.

Como contraponto, François Mairesse propõe uma “avaliação global” (2004: 213) que vise o conjunto das missões (técnicas, axiológicas e funcionais) e o conjunto de actores reunidos na rede museal. Esta avaliação desenvolver-se-á em torno de seis eixos fundamentais:

- 1) os actores, com total representatividade dos implicados nas acções museais;
- 2) os objectivos da avaliação como resultado de um acordo alargado sobre o funcionamento do museu;
- 3) o contexto de avaliação;
- 4) o objecto a avaliar, considerando o conjunto de técnicas, funções e axiomas;
- 5) o método;
- 6) o referencial que posiciona o museu num contexto geral de rede ou rizoma.

A avaliação, assim entendida, teria como mérito fundamental a reflexão axiológica sobre o fazer museal, hoje em dia praticamente arredada das grandes linhas de discussão (Mairesse, 2004: 214-215).

Estes são alguns dos principais contributos que permitem apreciar as valências da Gestão da Qualidade aplicada ao campo museal. Tratam-se de visões diversas que em comum têm o desejo de contribuir para um reposicionamento da gestão e avaliação museais, subtraindo-as à lógica da mera contabilidade de públicos e das estratégias do marketing tradicional.

A Qualidade nos museus portugueses

O Museu do Trabalho Michel Giacometti* e os serviços educativos dos Museus Municipais de Setúbal, foram pioneiros no uso das ferramentas da Gestão da Qualidade. Este exercício permitiu identificar processos, salientar pontos fortes e pontos fracos, medir e publicar os seus resultados de desempenho, com recurso à CAF (common assessment framework) e a comparar-se objectivamente, através de nove critérios e vinte e três sub-critérios, previamente definidos pela ferramenta auto-avaliativa, com outras organizações de

natureza afim e/ou diferenciada, que perseguem objectivos sociais e culturais. Este estudo de caso está amplamente divulgado no número 23 dos cadernos de Sociomuseologia, edições da Universidade Lusófona, dedicado ao tema.

A experiência daí resultante tem servido de reflexão, em meio universitário e museológico, espelhada nas boas práticas que o próprio museu adoptou, na prossecução da sua missão, assente na participação como processo-chave da Qualidade e na busca da melhoria contínua, resultante da auto-avaliação e da constante revisão dos procedimentos inspirados no primado da pessoa, como enfoque primordial da acção museológica.



Museu do Trabalho Michel Giacometti (Foto: Jean Jacques Pardete)



Museu do Trabalho Michel Giacometti (imagem de arquivo)

Resultante de estudos, encontros e reflexões sobre o tema, foi criada, no âmbito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a página <http://www.museologia-portugal.net/>, disponível desde 2006, ano em que teve lugar em Lisboa, no Instituto Português da Qualidade, o XIII Encontro Nacional Museologia e Autarquias, subordinado ao tema "A Qualidade em museus".

Mais recentemente, no âmbito de uma investigação de mestrado, quatro serviços educativos de museus nacionais prestaram-se a uma experiência de auto-avaliação, baseada na ferramenta Inspiring Learning for All, desenvolvida na Grã-Bretanha pelo Museums, Libraries and Archives Council. Esta investigação está publicada no nº 32 dos Cadernos de Sociomuseologia.

Neste exercício, o Museu Nacional de História Natural, o Museu do Trabalho Michel Giacometti, a Casa Museu Anastácio Gonçalves e o antigo Centro de Exposições do CCB aceitaram o desafio avaliativo, manifestando concordância e apetência pelas suas virtualidades. "Este inquérito permitiu a verbalização de algumas questões e preocupações intuídas mas nunca sistematizadas", providenciando uma "...oportunidade de esclarecer a importância de questões que apesar de conhecidas não estavam priorizadas." (Melo 2009: 115)

Estas afirmações foram produzidas no final dos exercícios de auto-avaliação, como uma apreciação, feita pelos intervenientes, da pertinência do trabalho desenvolvido. Os resultados podem ser consultados com mais detalhe no 32º volume dos Cadernos de Sociomuseologia.

Nestes momentos de apreciação, evidencia-se o carácter pedagógico da avaliação, privilegiando o carácter processual da museologia social e o aprendizado do erro.

A Participação como Processo-chave da Qualidade

Na perspectiva da Museologia Social, o museu encontra inequívoco sentido na participação dos cidadãos. A participação é transversal a todo o processo museológico gerado na dinâmica da comunidade como resposta aos seus anseios e necessidades. O que confere Qualidade a este museu, que designamos de novo tipo, é o facto dele ser reconhecido como obra inacabada de um colectivo, reflexo das contradições de uma comunidade em mudança. É através da participação em processos museológicos que os museus, identificados com os princípios da museologia social, constroem as suas missões. Os museus comprometidos com o desenvolvimento e a não exclusão, optam por romper a armadura institucional e interagir numa rede social composta por pessoas, unidades sociais (famílias), grupos socioprofissionais e outros, portadores de conhecimento, memórias, problemas, de modos de pensar e fazer diferenciados, que intervêm, com as suas visões multi-modas, na identificação, classificação e reinvenção dos patrimónios, em processos que contribuem para a qualificação da cultura.

Maria Célia Santos, em entrevista concedida a Mário Chagas (1998), a título de conclusão, adverte os profissionais dos museus “para que olhem para os museus para além dos museus (...); que o fazer museológico produza conhecimento e seja impregnado de vida (...) em permanente abertura para avaliar os processos museais e para a auto avaliação; (...) que procurem, constantemente, a qualidade formal e a qualidade política, assumindo o compromisso social e o exercício da cidadania.

Nesta perspectiva, alia-se claramente qualidade à participação dos sujeitos envolvidos nos processos museológicos, como base do conhecimento musealizado a partir da socialização dos diversos processos museológicos (pesquisa, preservação e comunicação).

A participação, como parâmetro fundamental da qualidade em museus, perspectivados a partir da comunidade e das necessidades dos cidadãos (acervo de problemas, no dizer de Mário Chagas), é um aspecto axial da Nova Museologia, pelo que deverá merecer elevada ponderação na avaliação e auto-avaliação em museus identificados com o seu paradigma. A noção de auto-avaliação engloba também, na categoria de cidadãos-clientes, os trabalhadores dos museus, a sua participação e conhecimentos induzidos pela sua especificidade profissional; categoria de primordial importância que não é captada nos estudos tradicionais de públicos, orientados exclusivamente para a avaliação dos produtos finais e das manifestações associadas ao ‘consumo’. O acto constitutivo do fazer museológico, assente na participação, nos processos e na mudança social, essência da Nova Museologia, resulta num impacto para a comunidade (de que o museu e seus problemas são parte activa), teoricamente referenciado como categoria de análise do fenómeno museológico, mas que, na prática, não é avaliado/ medido por falta de descritores/ indicadores e de ferramentas adequadas.

Daqui se infere que os modelos convencionais de estudos de públicos em museus e as grelhas de avaliação por eles aplicados não servem para captar, em toda a sua extensão, a qualidade formal e a qualidade política que distingue o fenómeno museológico gerado pela Nova Museologia. A exposição, função axial da museologia tradicional é, por excelência, o objecto dos estudos de públicos, sinónimo de avaliação em museus. A museografia e as suas múltiplas narrativas, ocupam, na museologia social, um patamar distinto daquele que detém a clássica exposição, na museologia tradicional. Na cadeia operatória dos procedimentos museológicos, identificados com a Nova Museologia, a expografia é uma disciplina estruturante das narrativas diferenciadas que informam o discurso museológico. A exposição, assim entendida, é um processo transversal que resulta da interacção de vários processos museológicos (conservação, documentação, exposição, acção educativa) e não um produto de final de linha. A este propósito refere-se Cristina Bruno

(2002): “A operacionalização desta cadeia de procedimentos técnicos e científicos – interdependentes – distingue e qualifica os discursos expográficos dos museus em relação a outras formas de exposições.”

Qualidade, na asserção etimológica do termo, é exactamente o que nos distingue o que nos torna diferentes o que nos confere raridade (preciosidade). Se atentarmos ao que afirma Cristina Bruno (2002), a avaliação em museus deveria, através de indicadores pré-definidos, conseguir captar / medir a eficácia dos procedimentos técnicos e o seu nível de interdependência. Na perspectiva do novo paradigma da Museologia, e tendo como referência os sistemas da gestão da qualidade, esta forma de avaliação e auto-avaliação será, eventualmente, a mais habilitada para captar a realidade museológica contemporânea - multidisciplinar, estimuladora de diálogos interculturais e participativa, na medida em que os processos museológicos não estão confinados ao museu no sentido institucional do termo.

A aplicação do processo museológico na perspectiva de Maria Célia Santos (2002), “não está restrita à instituição museu, ele pode anteceder à existência objectiva do museu ou ser aplicado em qualquer contexto social. Nesta noção de processo museológico não tem sentido avaliar produtos dissociados de quem os produz e dos contextos dessa mesma produção. A qualidade associada à participação mede-se pela eficácia do diálogo e a interacção que se estabelece entre os vários sujeitos na acção, em processos de auto-avaliação. Os resultados evidenciados constituem incentivo a melhorias contínuas, traduzidas por novas práticas sociais associadas à participação, cidadania e ao desenvolvimento.

Avaliar os processos museológicos e a Qualidade por eles gerada, com base na participação é, pois, muito mais exigente e qualitativamente diversa da avaliação de produtos finais, independentemente da sua qualidade intrínseca que não é posta em causa, ou do seu impacto momentâneo medido pela maior ou menor adesão dos públicos. Os museus inseridos na comunidade e comprometidos com o desenvolvimento opõem a participação à exclusão, o diálogo à intransigência e o conhecimento partilhado e gerido à meritocracia. A este propósito, Maria Célia Santos (1999) refere "ao reflectir sobre o processo museológico, inserindo nas demais praticas sociais, a partir de uma auto critica das nossa vivências (...) que possamos assumir o nosso compromisso social com qualidade, o que implica participação, imersa em nossa pratica quotidiana. Ainda Pedro Demo (1994, citado por Maria Célia Santos), salienta que “Qualidade é participação (...). É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena, é aquela participativa (...) com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão”.

Concluindo, os Sistemas de Gestão da Qualidade promovem uma filosofia empresarial que concilia estratégia, visão e operacionalização. Para isto é essencial definir a missão e difundir a visão, bem como os valores, as metas e objectivos a atingir, fomentando práticas comunicacionais transversais e pouco hierarquizadas e envolvendo os funcionários através da “investidura de poder” (empowerment). Enquanto sistema, a Qualidade Total depende em absoluto de todas as partes, pelo que todos os agentes devem estar conscientes do seu papel. Mas mais importante, todos os agentes devem ter sido alvo de um investimento prévio (de informação, de formação e de confiança) para que possam desenvolver as competências necessárias aos distintos processos museais.

Acreditamos que os museus portugueses caminham inevitavelmente para a operacionalização destes conceitos e para adopção destas ferramentas, como garante da sua sustentabilidade. Os estudos de caso que realizámos deixaram-nos bem clara a necessidade de prosseguir, de incorporar o maior número possível de contributos, de pessoas interessadas na causa do património e da museologia como valores estratégicos do desenvolvimento e da inclusão.

Bibliografia

- AMES, Peter (1990) "Breaking Grounds. Measuring museum's merits." in *Museum Management and Curatorship*, 9, 1990 apud Mairesse (2004)
- BOWSHER, Carol (1999) "Total quality Management in Museum: an investigation into the Adaptive Relevance of TQM in the Museums" in Moore (ed.), *Management in Museums*, London, Atalone Press
- BRUNO, Cristina (2002) "Entre a museologia e museografia : Propostas, problemas e tensões", Seminário Internacional (policopiado)
- CHAGAS, Mário de Souza (2000) *Memória e poder: Dois movimentos*, in *Cadernos de Sociomuseologia* nº19, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- FOPP, Michael A. (1997) *Managing Museums and Galleries*, London/New York, Routledge
- MAIRESSE, François (2004) *Mission et Évaluation des Musées – une enquêtê à Bruxelles et en Wallonie*, Paris, L'Harmattan
- MELO, Isabel Margarida (2009) *O Museu Inspirador*, Caderno de Sociomuseologia nº 32, Lisboa, Edições Universitárias Lusófona
- MIDDLETON, V. (1990) "Irresistible demand forces", in *Museums Journal*, 31-4 apud Bowsher in Moore (ed.), *Management in Museums*, London, Atalone Press
- NEGRI, Massimo & SANI, Margherita (Coord.) (2001) *Museo e cultura della qualità*, Bologna, Clueb
- SANTOS, Maria Célia (2002) *Processo Museológico: critérios de exclusão*. IV Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus, Salvador-BA, Novembro de 2002, organizado pelos Conselho Federal de Museologia – COFEM e Conselho Regional de Museologia, 1a. Região – COREM-BA
- VICTOR, Isabel (2005) *Os Museus e a Qualidade – Distinguir entre museus com "qualidades" e a qualidade em museus*, Lisboa, *Cadernos de Sociomuseologia* nº 23, Edições Universitárias Lusófonas

* O **Museu do Trabalho Michel Giacometti** é um museu temático, criado em 1987, sob tutela do município de Setúbal. Inicialmente designado por Museu do Trabalho, veio a assumir o nome de Michel Giacometti, após a morte do etnomusicólogo corso, que dedicou grande parte da sua vida ao estudo da cultura portuguesa e que coordenou, após a revolução de Abril de 1974, a recolha da coleção etnográfica que esteve na génese do museu. O museu está hoje instalado numa antiga fábrica de conservas de peixe, símbolo da indústria que marcou a história e memória da cidade. O programa museológico é da autoria de Ana Duarte, Fernando António Baptista Pereira e Isabel Victor e o projecto de arquitectura da autoria de Sérgio Dias.

IDEIAS-CHAVE

- Missão** - o compromisso com os cidadãos-clientes e a razão de existência do museu
- Visão** - o que define projectivamente o rumo do museu
- Valores** - o que distingue e confere sentido ao fazer museológico
- O primado da pessoa** - princípio e fim de toda a acção museológica
- Avaliação e auto-avaliação** - um olhar sobre si próprio, uma oportunidade para melhorar
- O Aprendizado do erro** - exercício descomplexado, livre e inclusivo de auto-reflexão
- A sustentabilidade** - caminho e imperativo
- A Gestão da Qualidade** - sistema, estratégia, linguagem instrumental (metalinguagem), ferramenta de categorização/nomeação (reconceptualização)
- Medir e comparar** - operações fundamentais de auto-conhecimento; plataforma comum de diálogo inter-organizacional
- Impacto na sociedade** - *input* e *output* do sistema museal (construção de indicadores)

Abordagem por processos - agelizar, monitorizar, meio de explicitar e compreender o carácter processual da organização ('a caixa negra' da Museologia Social)

Monitorizar - garante das rotinas museais, normalização de funções, qualidade dos serviços (a maior eficácia ao menor custo, com o menor esforço)

Identidade socio-profissional e cultura organizacional - uma forma específica de agir e pensar na óptica museal

Cadeia operatória - a especificidade de operações, procedimentos e actos técnicos que comporta o fazer museológico

A participação - o processo-chave da Qualidade em museus (o que diferencia e qualifica a acção museológica)

Desempenho ambiental - processo-chave da organização museu e garante de sua sustentabilidade

Seleção das evidências - sistematização/ordenação/categorização dos factos que testemunham o caminho feito (lastro e a memória da organização museu)

A Gestão do conhecimento e da informação - o poder (*empowerment*) que advém do saber, amplificação da capacidade de decisão cívica e política.

Inovação - o que flui e inspira a acção museológica

Satisfação - o limite para que tende o sistema museal orientado para o cidadão-cliente

Novo paradigma museal - do museu/ produtos para o do museu/resultados

OPINIÕES

TO HAVE OR NOT TO HAVE... UM NOVO MUSEU DOS COCHES?

**I
SILVANA BESSONE**

Directora do Museu Nacional dos Coches

A construção de um novo edifício para o Museu Nacional dos Coches, decidida pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2008, de 30 de Abril, provocou, por circunstâncias diversas, uma reacção em cadeia que atingiu não só os serviços do IGESPAR, entretanto instalados nas antigas Oficinas Gerais de Material do Exército, como se estendeu ao próprio Museu Nacional de Arqueologia e à Cordoaria Nacional. No entanto, infelizmente, esta gigantesca alteração provocada no parque museológico nacional não resultou da aplicação de um plano estratégico dirigido pelo Ministério da Cultura, com a intervenção do IMC e dos seus serviços dependentes, baseado em estudos e projectos detalhados e maduramente reflectidos, mas, pelo contrário, de uma sucessão de medidas circunstanciais, cujo efeito no futuro é difícil de avaliar.

Esta situação relembra-me a fase inicial do problema do Museu Nacional dos Coches, onde a importância de instalar condignamente a melhor colecção do mundo de viaturas de gala dos séculos XVII a XIX passava para segundo plano face à necessidade de libertar rapidamente o espaço ocupado pelo Museu para aí instalar a Escola Portuguesa de Arte Equestre, readaptando o edifício para a função de Picadeiro. Formularam-se, então, diversas hipóteses na procura de soluções para reinstalar o MNC, entre as quais a Cordoaria Nacional, que, como hoje, parece ser lugar de recurso para a instalação de um qualquer museu que por decisão superior se veja despejado das instalações que ocupa. Mas houve nessa altura o bom senso de não desvirtuar o valor imenso que representa a nossa Cordoaria, edifício intacto, uma das 3 cordoarias sobreviventes na Europa, sendo por isso classificada Monumento Nacional, unidade industrial de excelência num país com uma estreita ligação ao mar e às artes de navegação. A sua musealização como pólo do Museu de Marinha impõe-se, um dia, levar a cabo.

Entretanto, a decisão de construir um novo edifício para o Museu Nacional dos Coches encontra-se já em fase de concretização, muito embora a indiscutível importância do Museu Nacional dos Coches no panorama dos museus portugueses levasse a que tanto o público nacional em geral, e os cidadãos de Lisboa em particular, como também os especialistas em museologia ou em história de arte, os arquitectos e intelectuais nacionais e estrangeiros nunca acreditassem verdadeiramente que um dia alguém decidisse retirar o museu português mais visitado e conhecido internacionalmente do espaço que fora projectado no século XVIII para picadeiro mas que, por diversas vicissitudes históricas, seria concluído e adaptado já no início do século XX expressamente para Museu dos Coches, tendo aqui uma surpreendente simbiose entre arquitectura e colecção, alcançada em muito poucos museus em todo o mundo. Assim, há mais de cem anos este museu/monumento tornou-se num dos ex-líbris mais famosos da cidade de Lisboa.

Com a construção do novo museu, a RCM determina que o espaço do antigo museu tenha agora uma utilização multi-institucional, prevendo-se que se mantenha afecto ao Museu Nacional dos Coches e possa ser utilizado pelo Presidente da República para realização de actos protocolares. Inverte-se, assim, a proposição inicial de criar uma nova extensão para o museu, ficando agora o museu instalado num novo edifício, mantendo como extensão a memória histórica das suas antigas instalações que constituíram o primeiro museu de transportes do mundo. Acreditamos, assim, preservar-se e aumentar-se o património

cultural, permitindo aos futuros visitantes admirar não só o novo edifício, projecto do arquitecto Paulo Mendes da Rocha, e a instalação da colecção com uma nova museografia da autoria do arquitecto Nuno Sampaio, como contemplar a harmonia conseguida no passado entre a colecção e a arquitectura admirada ao longo de mais de um século.

Contudo, um dos principais problemas que se verifica na abordagem de novas soluções arquitectónicas para o parque museológico e monumental de Belém é a ausência de um estudo sério de caracterização do público que visita os museus, do seu comportamento enquanto visitantes e da forma como se processa o seu acesso aos diferentes equipamentos culturais. Este estudo tem sido demasiado secundarizado pelos diferentes decisores e projectistas, com resultados por vezes bastante gravosos para o sucesso dos museus. A título de exemplo, no caso do Museu Nacional dos Coches, que contava com uma média anual de 275.000 visitantes na década de 90 do século passado (ultrapassada apenas em 1994 com Lisboa Capital Europeia de Cultura, onde atingiu os 303.000 visitantes, e em 1998 com a EXPO 98, onde se registaram 333.000 visitantes), uma simples obra de alargamento do passeio frontal ao Palácio de Belém e a proibição efectiva da paragem de autocarros de turismo em frente ao museu, mesmo apenas para descida e subida de passageiros, baixou a média anual de visitantes do museu para os 225.000, devido à reacção dos operadores turísticos que passaram a conduzir os turistas directamente para os Jerónimos, onde podem estacionar os autocarros.

Surpreende-me, assim, que exista a expectativa por parte de alguns dos intervenientes políticos de ver aumentar o número de visitantes do Novo Museu dos Coches para um milhão de visitantes, quando no projecto se limita o espaço de estacionamento do novo museu a três lugares para autocarros. Ora que eu saiba, nem os Jerónimos atingiram este número anual de visitantes apesar de, por mera curiosidade, em mais de uma ocasião, ter contabilizado mais de vinte autocarros estacionados em simultâneo junto ao monumento. Fica a preocupação, aliás assinalada na própria RCM, que salienta a importância de assegurar uma solução adequada para a acessibilidade do público a Belém.

II LUÍS RAPOSO

Arqueólogo, Director do Museu Nacional de Arqueologia

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

Historiadora de Arte, Professora na Universidade Nova de Lisboa

Quatro medidas para ultrapassar o imbróglho do novo Museu dos Coches e fazer dele uma oportunidade de futuro:

1. Levantamento do parque museológico e monumental da zona de Belém (da Torre de Belém à Cordoaria Nacional), detectando virtualidades, abandonos, eventuais lacunas e elaborando um plano integrado de valorização de cada peça e do conjunto;
2. Em relação ao conjunto, adopção de medidas potenciadoras dos circuitos integrados, em domínios tais como percursos pedonais, bilheterias comuns, programação, promoção e *merchandising* articulados, parqueamentos de viaturas, *navette* de ligação gratuita, mediante a apresentação de títulos de entrada em museus ou monumentos;
3. Em relação a peças individuais:

- a. Reabertura do Museu de Arte Popular no seu lugar próprio, devidamente modernizado, mas respeitando a colecção e o conceito original;
 - b. Dinamização do Museu Nacional de Etnologia, promovendo o acesso ao mesmo pela sua inclusão na rede assim definida;
 - c. Ampliação do Museu de Marinha em dois sentidos: para os terrenos disponíveis a poente das instalações actuais e para a Cordoaria Nacional, onde deverão também ser colocados o Arquivos Histórico e a Biblioteca Central de Marinha, retirando-a dos Jerónimos e demolindo o edifício onde se situa, o qual constitui um verdadeiro atentado ao espírito daquele lugar;
 - d. Ampliação do Museu Nacional de Arqueologia no Mosteiro dos Jerónimos, retomando os projectos já existentes para o efeito e adaptando-os agora às possibilidades que se abriam com a transferência para a Cordoaria Nacional da Biblioteca Central de Marinha e, eventualmente, de algumas áreas ocupadas presentemente pelo Museu de Marinha;
 - e. Manutenção do conjunto mais emblemático de coches nas instalações actuais do Museu Nacional dos Coches, iniciando imediatamente um programa urgente do seu restauro;
 - f. Criação na Cordoaria Nacional de um centro museológico industrial-naval e de arqueologia subaquática, explorando as ligações ao rio Tejo, onde, em posição fronteira, deverá ser criada um cais para acostagem e visita a navios históricos, em ligação com o referido núcleo museológico;
4. Finalmente, quanto à intenção de construção de um novo Museu Nacional dos Coches, no caso de não ser considerada possível a sua total reversibilidade (o que idealmente mantemos como desejável) e dando por adquirido nas suas linhas gerais o projecto de arquitectura já existente, adopção das seguintes medidas:
- a. Afectação ao Museu Nacional dos Coches, para instalação de serviços e ampliação dos espaços expositivos, da construção anexa ao edifício principal, situada em frente do referido Museu;
 - b. Instalação no edifício principal de um novo museu, cuja necessidade se faça sentir depois do levantamento indicado no ponto 1. Os critérios de escolha para o efeito deverão privilegiar conteúdos susceptíveis de constituírem uma poderosa mais-valia para a promoção dos fluxos turísticos (nacionais e internacionais) na zona de Belém, servidos por tecnologia de última geração e não tanto por colecções patrimoniais intrinsecamente únicas. Entre outras possíveis ideias, avançamos desde já com a de um Museu da Viagem, capaz de evocar a diáspora portuguesa em toda a sua extensão temporal, nomeadamente deste a chamada Epopeia dos Descobrimentos (colocando em relevo os aspectos antropológicos do contacto com o “outro” e a dimensão técnica e científica da época) até à gesta das viagens da emigração dos séculos XIX e XX.

NOVOS, RECENTES E RENOVADOS

MUSEU DE SÃO ROQUE

TERESA FREITAS MORNA

Directora do Museu de São Roque

Instalado no espaço da antiga Casa Professa da Companhia de Jesus em Lisboa, edifício contíguo à Igreja de São Roque, o Museu de São Roque abriu ao público em 1905, embora a sua génese remonte ao século XIX, período em que se assistiu à criação dos primeiros museus de arte em Portugal. Já em 1898, por ocasião das comemorações do seu IV Centenário, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa expõe ao público, na sacristia da Igreja de S. Roque, um conjunto notável de objectos de arte que integravam o seu património. Deste, destacava-se o excepcional Tesouro da Capela de S. João Baptista, constituído por peças de ourivesaria e paramentaria encomendadas a Roma por D. João V. O interesse despertado por esta exposição propiciou a sua abertura ao público em 1905, com a designação de *Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista*, em invocação desta importante colecção de arte italiana setecentista, tendo sido objecto de várias intervenções ao longo do século XX, acompanhando as mudanças operadas nos domínios da museologia e da museografia. Assim, na década de 30 alarga-se o âmbito do museu, passando a exhibir um número de peças mais diversificado, surgindo com designação de *Museu de Arte Sacra de São Roque*. Nos anos sessenta ganhou um novo sentido ao ser-lhe explicitamente associada a Igreja de São Roque, introduzindo-se, deste modo, o conceito de *Museu de Monumento*. Já nos anos noventa procurou reforçar esta ligação através da criação de novos núcleos.

Características distintivas do acervo

O Museu de São Roque tem a particularidade de não ter sido desagregado do monumento que lhe esteve na origem, a igreja e a antiga casa professa dos jesuítas em Lisboa, beneficiando o seu património do facto de ter sido entregue à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por doação régia de D. José I em 1768. Assim, foi protegido da espoliação que afectou muitos dos conventos e casas religiosas portuguesas, no século XIX, o que resultou na dispersão de grande parte do património artístico religioso nacional.

O Museu de São Roque reúne, deste modo, uma das mais completas colecções de arte sacra a nível nacional, o que em grande medida se deve à origem das obras que constituem o seu acervo, provenientes da antiga Ermida Manuelina de S. Roque, da Igreja e antiga Casa Professa dos jesuítas em Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Conservou-se, assim, ao longo de cinco séculos, na antiga casa professa de S. Roque, um conjunto de colecções de extrema representatividade no cômputo da arte portuguesa, europeia e luso-oriental.

Integram o acervo do museu colecções de Pintura, Escultura, Relicários, Ourivesaria, Têxteis e Património Epigráfico, que se afirmam como testemunhos da vivência neste espaço da antiga Ermida manuelina de São Roque, construída em 1506, da Igreja de São Roque da Companhia de Jesus, que elegeu este local para se instalar na década de 50 do mesmo século e, por fim, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que transita para este local na sequência do avassalador terramoto de 1755 que destruiu a sua sede original, sita na Igreja da Conceição Velha.

Deste espólio, assume particular expressão a colecção de relíquias, cujo valor espiritual é de importância fulcral para o conhecimento da História Religiosa em Portugal. De facto, não tem paralelo em Portugal o conjunto de relíquias da Igreja de São Roque, sendo a maioria proveniente de igrejas do centro da Europa, regiões onde ocorreram confrontos religiosos.

O culto das relíquias em Portugal estimulou a concepção de fastosos relicários para as protegerem, executados nos mais nobres materiais, como o ouro, a prata, as pedras preciosas e madeiras exóticas, e nas mais diversas tipologias como bustos, braços, custódias, caixas, âmbolas, pendentes, entre outras³.

No contexto do acervo do museu, ocupa também uma posição de relevo a colecção de Arte Oriental, resultante da acção missionária da Companhia de Jesus por terras de além-mar, com reflexos inevitáveis no plano da arte sacra, tal como testemunha o conjunto de objectos executados em exóticos materiais como o marfim, a tartaruga, a madrepérola, as porcelanas e as lacas, originários das regiões da Índia, Próximo Oriente, China e Japão⁴. De registar ainda a importância da colecção de Pintura, conjunto de valor incalculável em que se encontram representados importantes “pintores régios” e através da qual podemos acompanhar a evolução desta manifestação artística no contexto da Arte Portuguesa, essencialmente entre o século XVI e XVIII. As obras de pintura que constituem o acervo do museu incidem sobre significativos conjuntos oriundos da Ermida de S. Roque, da Companhia de Jesus, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, incluindo legados de benfeitores e aquisições feitas pela Instituição⁵. Igualmente no que toca à Imaginária Escultórica e à Ourivesaria, têm o museu e igreja de S. Roque a virtude de poder facultar ao visitante um percurso que vai do século XIV ao XX.

Deste conjunto de obras sobressai, pelo seu carácter de excepção, o Tesouro da Capela de São João Baptista, relevante testemunho da arte italiana de Setecentos, proveniente de uma das mais mediáticas empresas de D. João V. Impondo-se como obra prima da arte italiana, a sua colecção de ourivesaria é definida por Jennifer Montagu⁶ como a apoteose da arte barroca do bronze e da prata, que atinge aqui um aperfeiçoamento nunca alcançado até então. Testemunho de uma fase final da presença jesuítica no edifício da Igreja e Casa Professa de S. Roque, este tesouro afirma-se como um conjunto de rara qualidade estética no contexto da arte europeia, estando na origem da própria criação do museu e assumindo, como tal, uma importância fulcral ao longo do seu percurso como espaço museológico.

Uma vez que grande parte do acervo se encontra no seu contexto de origem, procurou-se reforçar a ligação entre as peças expostas e o espaço arquitectónico, opção que se verifica com particular relevo nos casos da colecção de relicários e das peças da colecção da Capela de São João Baptista, cuja apresentação recria, de uma forma simplificada e adaptada à linguagem museológica contemporânea, os elementos arquitectónicos da igreja que lhes estão associados, respectivamente, os altares das relíquias da igreja e a Capela de São João Baptista.

PROJECTO DE REMODELAÇÃO /AMPLIAÇÃO

³ Nuno Vassallo e Silva, “Breve Historial do Santuário das Relíquias de S. Roque, in *Esplendor e Devoção – Os Relicários de S. Roque*, Vol. III da Colecção Património Artístico, Histórico e Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Museu de S. Roque, 1998.

⁴ *No Caminho do Japão* (Catálogo da Exposição), Museu de S. Roque, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1993.

⁵ Joaquim Oliveira Caetano, *Pintura – Século XVI ao Século XX*, Colecção de Pintura da Misericórdia de Lisboa, Volume V da Colecção Património Artístico Histórico e Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, 1998.

⁶ Jennifer Montagu, *Gold, Silver & Bronze: Metal Sculpture of the Roman Baroque*, Yale University Press, New Haven and London, 1996, p. 182.

Entre 2006 e 2008, o Museu de São Roque esteve encerrado para obras de requalificação, projecto co-financiado pelo FEDER / Programa Operacional da Cultura (POC), que surgiu da vontade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em requalificar o seu património e colmatar uma série de necessidades há muito sentidas, em particular a exiguidade do espaço que obrigava a manter grande parte do acervo em reservas. Promover as acessibilidades ao museu e ao seu acervo foi o desafio que esteve na génese deste projecto de remodelação.

Reaberto ao público a 20 de Dezembro de 2008, o Museu de São Roque apresenta agora uma área mais alargada, o que permitiu aumentar e diversificar o acervo exposto, instalando cerca de trezentas obras em exposição. Neste contexto, instalaram-se novas estruturas de apoio, como espaço de loja e restaurante/cafetaria, facilitou-se o acesso a visitantes com mobilidade condicionada, melhoraram-se as condições de segurança e criaram-se novos auxiliares de leitura, complementados por meios audiovisuais e multimédia, possibilitando-se, desta forma, uma melhor observação e interpretação do acervo exposto.

Projecto de arquitectura



Museu de São Roque. Vista do Claustro. (Foto: MSR)

O projecto de arquitectura, da autoria de Carlos Pietra Torres, proporcionou a expansão do museu para as áreas sul, oeste e norte do edifício, envolvendo o antigo claustro seiscentista da antiga Casa Professa da Companhia de Jesus.

Da entrada, feita através da porta central do edifício, ponto nevrálgico da estrutura arquitectónica, acede-se ao átrio, onde se localiza a recepção, a loja e o restaurante/cafetaria, este com acesso directo para o claustro.

A presente remodelação permitiu também desobstruir as paredes e corpos que foram apostos ao claustro na década de quarenta do século XX, reconstituindo-lhe assim a nobre traça seiscentista que, pelo seu dimensionamento geral e pelas harmoniosas proporções que o caracterizam, se distingue como o ponto central da concepção arquitectónica do edifício e eixo dinamizador do percurso expositivo. Assim, em estreita consonância com o projecto de arquitectura, foi também concebido para este espaço um projecto paisagístico, o qual se desenvolve em torno de um espelho de água central circundado por elementos vegetalistas de origem oriental, solução que confere ao espaço museológico uma forte carga simbólica por aludir à presença portuguesa no Oriente.

Através da instalação de um elevador e da implementação de uma rampa, foram facilitados os acessos aos três diferentes níveis espaciais – r/c, igreja e primeiro andar –, por meio de percursos adequados de circulação e o apoio a pessoas com mobilidade condicionada.

A importância histórica e artística do edifício e do local em que se insere impôs, todavia, condicionantes ao projecto arquitectónico. Note-se que este espaço, submetido a várias campanhas de obras no decurso dos últimos séculos, está situado sobre uma antiga necrópole onde permanecem vestígios arqueológicos com interesse histórico que testemunham a génese do edifício. Assim, na fase inicial da obra, e com o objectivo de minimizar o impacto sobre este património, entrou em campo uma equipa de arqueólogos e antropólogos que, com o acompanhamento científico do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP (IGESPAR), procedeu a trabalhos de prospecção e escavação no terreno, de forma a garantir a preservação dos vestígios existentes, diminuindo-se assim a área subterrânea prevista para algumas áreas funcionais do museu.

Por outro lado, foram postos a descoberto elementos arquitectónicos com interesse patrimonial, cuja conservação e estudo se impunha, como antigos vãos de paredes que originalmente ligavam a casa professa à igreja. Deste modo, foram abertos o vão de acesso à capela da Doutrina, pelo lado sul do museu, e a passagem ao nível inferior do púlpito, do lado oeste, ainda que salvaguardando a separação física entre as áreas do museu e da igreja. A reabertura destes vãos veio reforçar a unidade entre os dois espaços, impulsionando a intenção de enquadrar no mesmo entendimento museológico a igreja e as restantes áreas destinadas a exibir colecções.

No decurso da intervenção foram ainda postos a descoberto uma caleira e dois arcos na parede oeste do edifício, entre o claustro e a igreja, provenientes da antiga casa professa. Consequentemente, as opções tomadas progrediram no sentido de garantir a preservação dos elementos arquitectónicos encontrados, por constituírem testemunho das várias campanhas de obras levadas a cabo no edifício. Se as intervenções na igreja se encontram amplamente documentadas, o mesmo não sucedia com o espaço da casa professa, cuja planta mais antiga data de 1808, momento que se considera tardio, considerando que a sua construção remonta ao século XVI. Deste modo, com o intuito de registar a memória do espaço, foi realizado um levantamento fotogramétrico do edifício, que permitiu assinalar as linhas arquitectónicas e materiais de construção, deformações e fracturas de cantarias, inclinação das paredes e pilares, perfis de arcos e abóbadas, para além de outros elementos que conduzem a uma análise global das estruturas arquitectónicas e ao conhecimento detalhado dos materiais utilizados na construção do edifício, do seu estado de conservação e das diferentes épocas de construção.

Muito embora a presente renovação tenha tido que se adaptar às características distintas do edifício, de valor histórico e patrimonial, procurou-se, tanto quanto possível, dar resposta aos requisitos que se consideram fundamentais em espaços museológicos, nomeadamente, a supressão de barreiras arquitectónicas, de modo a que o museu possa prosseguir a sua função social como um lugar acessível a todos quantos o visitem.

Percurso museológico

O espaço do museu organiza-se fisicamente em duas áreas de visita: a igreja, como parte integrante do percurso museológico, e o museu, com uma zona de acolhimento e cinco núcleos expositivos, estruturados segundo uma articulação temática e de acordo com uma ordem cronológica.

No piso térreo apresentam-se dois núcleos, um primeiro dedicado à **Ermida Manuelina de S. Roque**, da qual nos chegaram as quatro tábuas quinhentistas alusivas à “Vida e Lenda de S. Roque”, provenientes do seu primitivo retábulo – peças que pelas suas características estilísticas e pela capacidade narrativa que encerram se assumem como uma referência incontornável para o estudo da pintura primitiva portuguesa.

Apresentam-se aqui, pela primeira vez, a recentemente identificada relíquia original de São Roque⁷, bem como duas lápides epigráficas quinhentistas com inscrições comemorativas da consagração da Ermida e do adro da peste, consagradas pelos Bispos Dom Duarte e Dom Ambrósio, em 1515 e 1527 respectivamente⁸.

O segundo núcleo conduz-nos à implantação da **Companhia de Jesus em Portugal**, em 1540, e ao consequente programa de renovação estética que as novas regras da liturgia contra-reformista impunham. Como testemunho da vivência da Companhia de Jesus neste local, do século XVI ao século XVIII, este núcleo ocupa grande parte da área museológica, encontrando-se, como tal, estruturado em áreas temáticas distintas, onde se evidenciam, ao nível do primeiro piso, os temas da «Iconografia da Ordem e Principais Devoções», a «Devoção às relíquias»⁹, «Objectos de uso Litúrgico e de Ornamentação da Igreja». Seguem-se, no piso superior, os sub-núcleos dedicados à «Devoção de Cristo – Paixão e Glorificação», «A encarnação de Cristo e o culto à Virgem» e a «Devoção a Cristo – Natividade e Infância», área que conflui com o núcleo de **Arte Oriental**, cuja colecção resulta da acção da Companhia de Jesus no padroado português do Oriente e que é pela primeira vez exibida em exposição permanente. A última fase de vivência da Companhia de Jesus neste espaço é marcada com o exuberante núcleo do **Tesouro da Capela de S. João Baptista**, onde se apresenta uma das mais importantes realizações de arte tardo-barroca romana em Portugal. Este núcleo surge agora com uma filosofia de apresentação totalmente renovada, proporcionando um olhar sobre a globalidade da colecção de paramentaria italiana – entendida como um produto que assinala o expoente máximo da indumentária litúrgica da Itália do século XVIII –, agora exposta em sistema de rotatividade. Por fim, apresenta-se o núcleo dedicado à **História e Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**, que pretende dar a conhecer a história da instituição, expressa em objectos de incontestável valor histórico e artístico. A acção benemérita da Instituição encontra-se também representada neste núcleo através de uma selecção de peças doadas em vida ou de legados em testamento à instituição ou ainda incorporadas por via de aquisições.

O facto de, pela primeira vez, se exhibir uma área de exposição no piso térreo do edifício possibilita fortalecer a interligação entre o acervo do Museu e a Igreja de S. Roque – espaço que está na sua génese – criando-se, assim, um percurso continuado e unitário. Acresce que os núcleos recém-criados se encontram conceptualmente ligados à igreja, monumento de onde emerge a grande linha orientadora do percurso museológico do qual é parte integrante.

Conservação e beneficiação do acervo

⁷ João Miguel Simões, “A redescoberta da primitiva relíquia de São Roque”, in *Cidade Solidária*, Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº 21, ano XII, 2009, pp. 26-31.

⁸ Filipa Gomes do Avellar, “Espólio epigráfico do património arquitectónico religioso da Misericórdia de Lisboa”, in *Património Arquitectónico – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque, Lisboa, pp. 196, 202.

⁹ O museu exhibe, pela primeira vez, um expressivo conjunto de relicários provenientes da igreja, conjunto que é agora apresentado com uma leitura clarificada, numa linguagem museológica contemporânea.



Núcleo 2 – Companhia de Jesus. Culto às relíquias (Foto: MSR)



Núcleo 5 – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: Legados e Doações (Foto: MSR)

A presente requalificação do museu veio, ainda, propiciar uma melhoria das condições de conservação e apresentação da exposição permanente, utilizando meios adequados à boa observação e conservação das obras de arte.

Neste sentido, foram implementadas medidas com o objectivo de garantir as boas práticas de conservação preventiva, tendo sido realizado um estudo sobre o comportamento higrotérmico das soluções construtivas para o edifício, o qual permitiu aferir os materiais de revestimento a aplicar nas paredes e cobertura do museu. Do mesmo modo, no que respeita à concepção das vitrinas, foram feitos testes aos respectivos materiais de construção e revestimento, de forma a acautelar a boa conservação das peças em exposição.

Uma significativa parte das obras expostas foi submetida a trabalhos de conservação e restauro, intervenções que vieram clarificar a leitura do acervo museológico. Neste contexto, merece especial referência a limpeza e o tratamento da colecção de ourivesaria e têxteis da Capela de S. João Baptista que, no que respeita aos metais, possibilita um novo olhar sobre as aprimoradas técnicas utilizadas nas oficinas de ourivesaria da Roma Setecentista, denunciadoras da mestria e desenvoltura dos mais qualificados ourives da Europa de então.

No âmbito do projecto de remodelação, procurou-se entender o museu como parte integrante de um conjunto patrimonial que inclui a igreja, dando-se início a um plano de acções de conservação desta última, do qual se salienta a implementação de um novo sistema de luminotecnica, a intervenção de conservação e restauro da talha dourada das Capelas do Santíssimo e de Nossa Senhora da Doutrina, iniciando-se também o estudo de conservação nos mosaicos vítreos da Capela de São João Baptista, com a colaboração do Instituto Central para o Restauro de Roma.

Informação e divulgação

A componente comunicacional do projecto assentou, essencialmente, em dois princípios: criar uma imagem renovada do museu com o objectivo de transmitir o posicionamento desejado pela instituição face aos seus públicos e de facilitar a vivência dos visitantes no espaço, proporcionando uma plena fruição das obras expostas, bem como a acessibilidade aos conteúdos que se pretendem comunicar. Neste âmbito é de destacar a criação da nova identidade gráfica do museu, a qual se encontra presente em todos os materiais de comunicação.

Na criação de suportes de informação procurou-se recorrer a diferentes linguagens, adaptadas ao perfil dos diversos públicos. Assim, além dos tradicionais auxiliares de leitura, faz-se uso das novas tecnologias, integrando no circuito expositivo pontos multimédia, o que viabiliza a criação de um circuito mais dinâmico e a oferta ao público de informação adicional sobre as colecções do museu, bem como do seu contexto de produção.

Foi, ainda, desenvolvida uma linha de *merchandising* inspirada no acervo, com o objectivo de divulgar a imagem do museu e do património artístico que integram os espaços museológicos.

De referir, ainda, a criação de um *site* próprio, o qual, numa época pautada pelo domínio do virtual, permite alargar o âmbito de divulgação do museu e das suas colecções a um público mais distante que, conseqüentemente, poderá aceder a este equipamento cultural e preparar a sua visita.

Espera-se, com a presente requalificação, despertar a curiosidade e o interesse do público pelo valioso acervo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apelando também ao conforto e bem-estar num espaço modernizado que enaltece e dignifica a memória de um património com mais de cinco séculos de história.

Impacto e resultado

A requalificação do museu veio aumentar a curiosidade e interesse do público pelo valioso acervo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, registando-se um aumento extremamente significativo do número de visitantes e de visitas guiadas dirigidas a públicos diversificados. Permitiu, igualmente, melhorar significativamente as acessibilidades, quer ao Museu quer à Igreja de S. Roque, e proporcionar um ambiente de bem-estar e conforto que convida à fruição das obras expostas.

O significativo investimento feito na presente remodelação e ampliação inscreve-se num contexto de criação, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de um pólo cultural dinâmico no Largo Trindade Coelho, onde a Instituição tem a sua sede, envolvendo, além do Museu de S. Roque, a Igreja de S. Roque e o Arquivo Histórico. Este relevante núcleo patrimonial beneficiará da requalificação do Largo Trindade Coelho, a concretizar em 2009, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

ENTREVISTA COM...



Foto: Nuno Ferreira Santos

Na sua “Crónica feminina” na revista Única do jornal Expresso de 16 de Maio, Inês Pedrosa, jornalista, directora da Casa Fernando Pessoa, escrevia sobre a sua recente viagem aos EUA: “... O meu amigo Jorge Colombo, que mora nela [Nova Iorque] há anos, habituou-me a passear pela cidade como por um imenso e mutante museu. As ruas de Nova Iorque são um mostruário do mundo e um caudal de inspiração...”. E foi esse o pretexto para esta entrevista.

Maria Vlachou

ICOM.PT: Quando é que os museus a fazem sentir-se assim?

Inês Pedrosa (IP): Quando são bons! O meu museu favorito é o Museu da Língua em São Paulo, porque consegue fazer a coisa mais difícil: transformar em imagem o universo interior de um escritor, tornar atraente e estudo das línguas, a brincadeira à volta da literatura, utilizando sabiamente as novas tecnologias. Gosto dos museus que não nos mostram o caminho, que não nos obrigam a seguir um percurso. Não aprecio muito os museus grandes. O Louvre, por exemplo...O melhor dos grandes é o Prado. É mais confortável, podemos escolher o que vamos ver, tem muito boa sinalética e ficamos orientados. E tem uma colecção de pintura absolutamente fabulosa.

ICOM.PT: E em Portugal?

IP: Em termos de edifício e de proposta, gosto mais do Museu Gulbenkian. Exposições como “Welt Litteratur” ou a de Amadeu Souza Cardoso souberam atrair as pessoas pelos assuntos e pela criatividade da montagem. Fiquei mesmo surpreendida; criar aquele fenómeno em torno de um pintor português não é comum. E gosto do edifício: não passou da moda, tem boa luz...

ICOM.PT: E quanto aos restantes?

IP: Estão, em geral, mal trabalhados, sofrem de uma falta de meios gritante. O pior que eu conheço é o Museu Antoniano, ao lado da Igreja de Santo António, da responsabilidade da Câmara e da Sé. Mais valia tê-lo fechado. Muito mal exposto, ali vê-se toda a degradação e pobreza. Não faz sentido um museu ser um conjunto de expositores, sem história para contar. Qualquer museu bom tem que ter uma colecção permanente e uma política de parcerias, para poder apresentar exposições temporárias e itinerantes.

ICOM.PT: Qual a sua opinião relativamente à polémica em torno do novo Museu dos Coches?

IP: Nesta fase de contenção, não me parece uma boa opção. E a ideia de perder a Cordoaria e fazer uma série de alterações estruturais, caras, para acolher um museu parece-me uma solução péssima. O Museu dos Coches funciona tal como é. Era importante trabalhar o Museu da Cidade... Era importante reformular todos os museus e fazê-los trabalhar em rede, de forma a iluminarem-se uns aos outros e criarem percursos pela cidade. Podem criar programação combinada, complementar; há tanta falta de articulação. Temos que

aprender a promover a cidade culturalmente. Em Portugal somos muito ciosos das nossas “coisinhas”, não colaboramos, não queremos perder protagonismo.

ICOM.PT: Se pudesse decidir sobre a criação de um museu novo em Lisboa, qual seria esse museu?

IP: Um Museu da Literatura. Ou melhor, um Centro Internacional de Artes e Literatura Fernando Pessoa. Porque Pessoa é uma marca internacional. No Brasil é mais lido e comprado que Vinícius. E o que pomos lá dentro? Falamos de um Museu da Literatura e pensamos logo em bustos, coisas paradas... Deveria ser um centro de criação, deveria ter um espaço grande de intervenção, mistura de linguagens.

Mas antes de construirmos museus novos, deveríamos aproveitar o que temos. Já o disse, se o Presidente da Câmara vai ceder parte da Cordoaria ao Estado, que exija em troca o Pavilhão de Portugal, que está na rota turística e que poderia ser o tal centro de arte em torno de Fernando Pessoa, que está ligado à “marca” Lisboa, e é um autor inesgotável, que continua a inspirar artistas, músicos e pensadores

ICOM.PT: Está a tentar evitar a palavra “museu”?

IP: A palavra “museu” está muito “museificada” em Portugal. Os meus pais costumavam levar-me ao Museu da Marinha, ao Museu Militar, ao Museu dos Coches, de Arte Antiga... Mas eu descobri os museus porque a minha prima Mirene, médica e fotógrafa, dizia-me: “Não é importante veres tudo. Vê só isto.” E contava-me a história de cada coisa que me dava a ver, Em Madrid, nem que esteja só um dia, vou sempre ao Museu do Prado. Vejo uma coisa concreta de cada vez.

Os museus são inspiradores. Aprecio as obras que me perturbam, que conseguem transformar o que estou a fazer. Quando estava a escrever o meu último romance, “A Eternidade e o Desejo”, em torno do Padre António Vieira, procurava um modo de quebrar a ortodoxia contemporânea do português. Descobri-o, inesperadamente, em Nova Iorque, no Whitney Museum, numa exposição de Gordon Matta-Clark, que criou o conceito de “anarquitectura”. Descobri que é possível estoirar as paredes das frases, iluminar cada palavra de uma forma nova, e saí da exposição com uma nova perspectiva sobre a escrita – e com coragem para esse trabalho.

ICOM.PT: Qual é a sua visão para a Casa Fernando Pessoa?

IP: É, antes de mais, uma casa-museu, a casa onde Pessoa viveu os seus últimos 15 anos de vida. As pessoas entram e esperam ver a casa como estava quando Pessoa aqui viveu. Por isso, com o apoio da Fundação Luso-Americana, reconstituímos o quarto. Procuramos também criar acontecimentos – festivais literários, debates ou conferência regulares, espectáculos de música ou teatro. Já tivemos Camané a cantar Pessoa, Aldina Duarte a cantar poetas portugueses, Ângela Pinto interpretando um semi-heterónimo feminino, e agora temos Diogo Dória num diálogo entre Ovídio e Pessoa.

Este ano decidimos celebrar os três heterónimos ao longo do ano e o quarto vai sendo habitado por eles. Neste momento o quarto é de Alberto Caeiro, uma brilhante instalação criada por duas funcionárias da casa, Gabriela Maldonado e Noémia André. E uma exposição de fotografia de Sandra Rocha, inspirada na poesia de Caeiro. Desafiamos os artistas a criarem a partir do universo Pessoa.

O grande tesouro da Casa é a biblioteca pessoal do Poeta, importantíssima para o estudo da sua obra, porque Pessoa escrevia nos livros que lia. Essa biblioteca de 1140 volumes tem vindo a ser digitalizada, gratuitamente. no último ano, por uma brilhante equipa de investigadores pessoais – um trabalho imenso e

precioso, que nos permitirá por *online* toda a biblioteca, disponibilizando-a aos investigadores e leitores de todo o mundo.

Procuramos agora melhorar a biblioteca de poesia que temos e torná-la a melhor biblioteca de poesia do país. E desenvolvemos um serviço educativo contínuo. Lançámos este ano o projecto “Pequenos Pessoas”, com as escolas públicas. Fazemos cadernos de actividades em torno de Pessoa para os alunos do primeiro ciclo, propondo aos professores que integrem Pessoa no programa escolar. Temos ateliers gratuitos de escrita, expressão plástica e musical para crianças e adultos. Procuramos, dentro das nossas exíguas instalações, ser tudo: museu, biblioteca, centro cultural e centro educativo.

E assim, vai-se construindo.

NOTÍCIAS ICOM

VII JORNADAS ANUAIS ICOM.PT

CAFÉ PORTUGAL

<http://cafeportugal.net>

A 27 e 28 de Abril personalidades de diferentes quadrantes debateram, em Lisboa, a temática «Museus e Turismo - Antagonistas ou parceiros? Competidores ou colaboradores?», iniciativa inserida nas VII Jornadas ICOM PT, uma organização da delegação portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (ICOM na sigla inglesa). Os participantes foram unânimes ao considerar museus e turismo como indissociáveis para se atingir qualidade e sustentabilidade no sector. Uma atitude mais pró-activa do que reactiva foi um dos aspectos a salientar, como forma de se estabelecer parcerias de promoção sem custos. Unânime foi também a ideia de que o museu deve ser, cada vez mais, um espaço de turismo de experiência, onde o visitante, além de aprender, vive e sente o espaço museológico. Dois exemplos práticos de iniciativas museológicas foram apresentadas como demonstração do que é possível fazer nestes espaços de cultura, procurados por um público diversificado que chega a Portugal por motivos diferentes, mas acaba sempre por visitar um museu, segundo a opinião de alguns oradores.



Manuel Barrão Oleiro, Luís Raposo, Luís Patrão e Julien Anfruns na sessão de abertura. (Foto: Maria Vlachou)



Painel Parcerias para o Turismo. (Foto: Maria Vlachou)

Durante a sessão de abertura das jornadas o Presidente da Comissão Nacional do ICOM, Luís Raposo, falou na necessidade de discussão da relação entre museus e turismo, frisando que «os museus e o turismo são parceiros e estão destinados a colaborar». Presente na abertura do debate esteve também o director do Instituto dos Museus e da Conservação do Ministério da Cultura (ICM), Manuel Bairrão Oleiro, recordando que um conjunto de colaborações entre o turismo e os museus têm posto alguns espaços museológicos num lugar de crescimento. O Presidente do Turismo de Portugal, I.P., Luís Patrão também marcou presença na primeira sessão das jornadas lembrando os números dos inquiridos de opinião sobre visitas a Portugal. «Quase 64% dos inquiridos dizem-se satisfeitos com a qualidade da oferta cultural nacional, sendo que 33,2% se declaram mesmo muito satisfeitos».

Alexandra Rodrigues Gonçalves, da Universidade do Algarve, apresentando o estudo «A Valorização da Experiência Turística nos Museus Nacionais», referiu a «oportunidade única para reflectir e repensar a relação existente entre os museus e o turismo». A investigadora adiantou que «mesmo o golfista, quando não

está a jogar golfe, quer cultura». Por isso alerta para a necessidade de oferecer produtos integrados, englobando turismo e museus.

Já o presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Fernando Rodrigues, apresentando o Ecomuseu de Barroso, referiu-o como «um museu do território», entendido como um agente turístico de qualidade, com capacidade de manter os turistas por maior tempo possível na zona.

A musealização das jazidas minerais foi outra das experiências autárquicas partilhada no encontro na voz do Presidente da Câmara de Aljustrel, Manuel Camacho. O autarca sublinhou que o aproveitamento dos recursos naturais de determinada região, virando-os para o turismo, pode funcionar como um factor de desenvolvimento do território.

Já José Macário Correia, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, considerou que as entradas gratuitas nos museus «não faz sentido», pois «tem que haver um preço para que haja algum retorno». O autarca afirmou, ainda, que o papel da câmara não termina na criação das infra-estruturas, lembrando que é preciso capital para a manutenção e dinamização do espaço.

Maria José Teixeira, do Museu Ferroviário, apresentou o Programa de Cooperação Estratégica, composto por 12 projectos. O objectivo é «o reforço da competitividade do turismo ferroviário», pelo qual existe «um grande interesse a nível nacional». Com este programa, afirmou, pretende-se «valorizar o património ferroviário, material e imaterial, constituindo um produto turístico capaz de contribuir para a produção de valor». O encerramento das VII Jornadas ICOM PT trouxe a debate as «Parcerias para o Turismo» onde os intervenientes concordaram que, com recursos económicos limitados, apenas as parcerias podem permitir, por exemplo, campanhas publicitárias. Mas, a união de esforços pode também ser útil para a construção de um turismo sustentável.

A notícia pode ser lida na íntegra em http://cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=688

AVALIAÇÃO VII JORNADAS ANUAIS ICOM.PT **ORGANIZAÇÃO DAS JORNADAS**

O ICOM.PT recebeu 43 fichas de avaliação das VII Jornadas Anuais. Eis os resultados:

	%			
	1	2	3	4
Divulgação das Jornadas		14	44	42
Facilidade de inscrição			12	88
Informações no site do ICOM		3	32	65
Documentação no site do ICOM		3	48	49
Informações dadas pela organização			23	77
Recepção			33	67
Contactos estabelecidos		13	52	35

Mesa redonda: Museus e turismo – estratégias de sustentabilidade		26	40	34
Dirk Noordman: Museus e Turismo		8	54	38
Ana Luísa Delclaux: Declaração ICOM-WFFM		34	52	14
Painel: Museus e Turismo – Estudos e práticas	3	8	51	38
Debate: Parcerias para o Turismo	8	13	44	35

1: Insatisfeito 2: Pouco satisfeito 3: Satisfeito 4: Muito satisfeito

MESA REDONDA “MUSEUS DE BELÉM: PERSPECTIVAS DE FUTURO”

DIRECÇÃO ICOM.PT

Teve lugar em 19 de Maio passado, no Museu Coleção Berardo, uma mesa redonda que pela primeira vez reuniu todos os directores dos museus de Belém e contou ainda com a participação de diversos outros responsáveis de museus e monumentos na mesma zona e em zonas envolventes (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Palácio Nacional da Ajuda, Museu do Oriente, Museu da Carris, etc.).

Entre a numerosa assistência, marcaram também presença diversos responsáveis autárquicos (Presidente da Junta de Freguesia de Belém, Vereadora da Cultura da CML, Director Municipal da Cultura, Comissária na área da Cultura para a discussão do plano estratégico Lisboa 2010-2024), membros do ICOMOS.PT, entre os quais o seu presidente, políticos, professores universitários, técnicos do turismo e de comunicação e estudantes de museologia e património.

Foram apresentadas várias ideias a propostas, desde a criação de uma plataforma que representasse os museus junto das tutelas e agentes culturais que intervêm na zona à articulação das programações.

A Direcção do ICOM Portugal deseja expressar a todos os seus agradecimentos pela adesão que dispensaram à iniciativa e pela forma empenhada e construtiva com que apresentaram os seus pontos de vista, no que permitirá constituir um conjunto de sugestões que circularão entre os responsáveis pelos equipamentos museológicos e monumentais da zona de Belém e áreas limítrofes, permitindo melhor preparar os novos encontros regulares que foi considerado útil serem organizados doravante.

NOVAS PUBLICAÇÕES

PATRIMÓNIO, HERANÇA E MEMÓRIA

A cultura como criação

Guilherme de Oliveira Martins

Gradiva Publicações

ISBN: 9789896163051 / €12,00

HISTORY AND MATERIAL CULTURE

A student's guide to approaching alternative sources

Karen Harvey

Routledge

ISBN: 978-0-415-45932-7 / £19,99

MUSEUMS IN A TROUBLES WORLD

Irrelevance, Collapse or renewal (museum meanings)

Robert R. Janes

Routledge

ISBN: 978-0-415-45932-7 / \$39,57

CALENDÁRIO DE INICIATIVAS

JUN - AGO

PORTUGAL

[Conferência] COLECÇÕES E MUSEUS DE GEOCIÊNCIAS: MISSÃO E GESTÃO

5 e 6 Jun

Museu da Ciência da Univesridade de Coimbra

Informações: <https://woc.uc.pt/dct/event/dataEvent.do?elementId=65>

ESTRANGEIRO

[Seminário] MOBILE TECHNOLOGY AND LEARNING IN MUSEUMS AND GALLERIES

8 Jun

London (Reino Unido)

Informações: www.museumsetc.com/2009/04/mobile-technology.html

[Workshop] PHOTOGRAPHY FOR MUSEUMS AND GALLERIES

9 Jun

London (Reino Unido)

Informações: Graeme.farnell@gmail.com

[Encontro] UNIVERSEUM - EUROPEAN UNIVERSITY HERITAGE ANNUAL MEETING

11 a 13 Jun

Universidade de Toulouse (França)

Contacto: Catherine Gadon, Université Paul Sabatier

universeum09@adm.ups-tlse.fr

[Workshop] THE VISITOR'S VIRTUAL VOICE

MUSEUM EDUCATION AND THE NEW INTERNET (WEB 2.0)

12 Jun

The Art Institute of Chicago (EUA)

Informações: Brian Bray, Association of Midwest Museums Executive Director

bbray@midwestmuseums.org / www.midwestmuseums.org

[Conferência] RESORTING TO THE COAST: TOURISM, HERITAGE AND CULTURES OF THE SEASIDE

25 a 29 Jun

Blackpool (Reino Unido)

Contacto: Daniela Carl

d.carl@leedsmet.ac.uk / www.tourism-culture.com/news_2.html

**[Masterclass] MUSEUMS AND CAPITAL PROJECTS
PROJECT PLANNING AND DELIVERY**

29 Jun a 2 Jul

Leicester (Reino Unido)

Informações: www.le.ac.uk/ms/profdev/capital.html

**[Seminário] COST-EFFECTIVE VISUAL MERCHANDISING FOR MUSEUMS AND GALLERIES
STUDY DAY**

7 Jul

London (Reino Unido)

Contacto: Graeme Farnell

graeme.farnell@gmail.com

MAIS À FRENTE...

[Conferência] OBJECTS – WHAT MATTERS? TECHNOLOGY, VALUE AND SOCIAL CHANGE

1 a 4 Set

Universidade de Manchester (Reino Unido)

Contacto: Bussie Awosanya

CRESC.AnnualConference@manchester.ac.uk

[Conferência] MUSEUMS AND BIOGRAPHIES

10 a 12 Set

National Gallery, London (Reino Unido)

Contacto: Catherine Todd, International Centre for Cultural and Heritage Studies, Newcastle University

catherine.todd@ncl.ac.uk

**[Conferência] MAKING FUTURES: THE CAPTS IN THE CONTEXT OF GLOBAL SUSTAINABILITY
AND ENVIRONMENTAL ISSUES**

17 e 18 Set

Mount Edgcumbe Estate, Plymouth (Reino Unido)

Contacto:

conference@pcad.ac.uk | <http://makingfutures.pcad.ac.uk>

E AINDA...

Informação sobre todos os encontros dos Comitês Internacionais do ICOM em

<http://icom.museum/calendar.html>

INFORMAÇÃO ICOM.PT é uma publicação trimestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

Editora Maria Vlachou (mariavlachou@sapo.pt)

Design Sistemas do Futuro

Colaboraram nesta edição: Café Portugal, Isabel Victor, Luís Raposo, Margarida Melo, Maria Vlachou, Raquel Henriques da Silva, Silvana Bessone, Teresa Freitas Morna.

A todos os colaboradores o nosso agradecimento.